

O risco da profissão militar na cidade do Rio de Janeiro em “tempo de paz”: a percepção da tropa

The risk of the military profession in the city of Rio de Janeiro in “peace time”: the perception of the troop

Eduardo Borba Neves¹
Márcia Gomide da Silva Mello²

Abstract *This study aims at determining the risk perception of Army Military concerning common activities at Military Units of troop in Rio de Janeiro. This mapping might allow taking preventive action when preparing these professionals, reducing their vulnerability. The present study is descriptive and used a qualitative methodological approach. The informers were selected into four military units and divided in three groups: eight officers, eight sergeants and eight corporal/soldiers, summing up 24 informers. It was possible to identify three risk categories noticed by the military in their common Military Units activities: (a) The risk of being a military in a city where urban violence reached the level there is in Rio de Janeiro city; (b) the risk of accidents and; (c) the risk of injuries or chronic pathology related to the exposure to activities that need proper protection, noticed by a number of informants. It can be concluded that the local violence has a great influence on the health of the military, due to the fact that modifies substantially the daily routines and their emotions during the work and that the perception the military have of the risks of their activities is focused on the present moment.*

Key words *Risk, Risk perception, Military, Urban violence, Accidents*

Resumo *O objetivo deste estudo foi determinar a percepção de risco dos militares do Exército relativa ao exercício das atividades comuns às Organizações Militares (OM) de tropa da cidade do Rio de Janeiro. Esse mapeamento permitirá atuar de forma preventiva no preparo destes profissionais, reduzindo-lhes possíveis vulnerabilidades. O presente estudo caracteriza-se como descritivo e utilizou-se da abordagem qualitativa. Os informantes foram selecionados em quatro organizações militares e divididos por três grupos: (oito) oficiais, (oito) sargentos e (oito) cabos/soldados, totalizando 24 informantes. Pôde-se identificar três categorias de risco percebido pelos militares quanto às atividades comuns de suas OM: (a) o risco de ser militar numa cidade com a violência urbana nos níveis em que se encontra a cidade do Rio de Janeiro; (b) o risco de acidentes e (c) o risco de lesões ou patologias crônicas pela exposição a atividades que exigem proteção específica, percebido por um pequeno número de informantes. Pode-se concluir, portanto, que a violência local exerce grande influência na saúde dos militares, pois modifica substancialmente as rotinas diárias e suas emoções vivenciadas durante o trabalho, e que a percepção dos militares em relação aos riscos de suas atividades é focada em situações de momento.*

Palavras-chave *Risco, Percepção de risco, Militar, Violência urbana, Acidentes*

¹ Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro - EsAO. Av. Duque de Caxias 2071, Deodoro. 21615-220 Rio de Janeiro RJ. borbaneves@hotmail.com
²Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Introdução

A sociedade do Rio de Janeiro evidencia o avanço da consciência de cidadania e de bem-estar atingido pela humanidade em seu estágio atual. Ou seja, a exigência cada vez mais elevada de segurança pessoal traz, simultaneamente, sentimento de maior insegurança^{1,2}. O estudo de Soares, publicado em 1996, evidenciou que as classes abastadas, que vivem e trabalham nos espaços onde os índices de criminalidade são relativamente baixos, são as que mais se queixam de insegurança³. Este sentimento pode ser o reflexo da percepção do risco relativo ao estado de violência urbana daquele momento, na cidade em questão.

Segundo Souza e Minayo, a sensação de insegurança crescente no Rio de Janeiro ocorre, certamente, por vários motivos. Primeiro, vem a própria dinâmica da criminalidade na capital, onde existe elevada concentração, tanto da população do Estado (40,2%) como dos registros de delitos (52,6%), o que difere totalmente de outras capitais do país. Por exemplo, em São Paulo, apenas 27,6% da população do Estado e 33% das ocorrências criminais se concentram na capital. No país como um todo, esses valores se assemelham mais aos de São Paulo: 22,7% da população e 33,8% dos crimes se localizam nas capitais⁴.

As autoras citadas ainda comentam que, articulada ao conceito de segurança pública, está a noção de segurança pessoal, que deriva do mundo do trabalho e tem um sentido ordenador de direitos. Representa o conjunto de normas destinadas a prevenir acidentes, quer eliminando condições inseguras do trabalho, quer prevenindo desastres ocupacionais⁴.

A partir da década de oitenta, os índices de violência expressos nos indicadores do setor saúde e da segurança pública apresentaram um aumento significativo. O Estado e a capital do Rio de Janeiro são considerados como dos mais violentos do Brasil⁵. As organizações militares têm sido alvo de tentativas de roubos de armamentos por parte de traficantes e agentes do crime organizado, colocando em risco os militares envolvidos com sua segurança. Estes trabalhadores, por força do quadro apresentado, exercem, diariamente, atividades com potenciais riscos à saúde, além dos periódicos exercícios de treinamento e simulação de combate.

Conforme se observa na mídia, a Força Terrestre tem sido empregada em diversas missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como, por exemplo, greves de policiais militares estaduais; eventos que reúnam chefes de Estado ou de governos estrangeiros; apoio às eleições; segurança de

pontos sensíveis e combate ao narcotráfico. Essa recente mudança nas tarefas impostas aos militares em “tempo de paz”, isto é, num momento sem ameaças à soberania nacional, bem com a expansão do crime organizado, têm modificado os processos de trabalho dos militares, particularmente na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Tambellini e Câmara⁶, o ambiente de trabalho é tomado como elemento medidor ou como uma via de acesso para analisar a relação causa e efeito nos processos de saúde e doença que vão se manifestar no trabalhador. Assim sendo, é fundamental o conhecimento das situações de risco de origem no ambiente de trabalho e suas consequências para a saúde. Na vigilância à saúde do trabalhador, admitem-se riscos à saúde, diferenciados para situações de trabalho particulares, postos e níveis de trabalho.

Embora se considere o inerente risco da profissão, os militares necessitam de uma atenção específica às suas necessidades de segurança e saúde enquanto trabalhadores. Neste sentido, somente quando se conhece o indivíduo e seu contexto torna-se possível que as ações propostas sejam eficientes e permanentes para a saúde; o primeiro passo para a normatização da atenção à saúde ocupacional do militar é mapear seus processos de trabalho e suas percepções de risco⁷.

Os estudos de percepção de riscos surgiram, a partir da década de setenta, como um importante contraponto à perspectiva utilitarista das análises técnicas de risco, e que não contemplava as crenças, receios e inquietações das comunidades envolvidas⁸. Estes estudos emergem e se consolidam, em uma área do saber cientificamente organizada, com o intuito de desvelar as razões que acompanhavam as reações negativas do público leigo frente ao advento de novos processos produtivos, mesmo que com o aval dos especialistas técnicos⁹.

Assim, para que se possa agir proativamente na atenção à saúde ocupacional desses profissionais, o objetivo deste estudo foi determinar a percepção de risco dos militares do Exército relativa ao exercício das atividades comuns às Organizações Militares (OM) de tropa da cidade do Rio de Janeiro.

Para este estudo, utilizou-se o conceito de risco do Ministério da Saúde¹⁰ que o define como “a probabilidade de ocorrer um evento bem definido no espaço e no tempo, que causa dano à saúde, às unidades operacionais, ou dano econômico / financeiro”, e o conceito de percepção de riscos de Wiedemann, definida como sendo **a habilidade de interpretar uma situação de potencial dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em ex-**

periências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro, habilidade esta que varia de uma vaga opinião a uma firme convicção¹¹.

Compreender (ou mapear) a percepção de risco dos militares permitirá atuar de forma preventiva no preparo destes profissionais, reduzindo-lhes possíveis vulnerabilidades. Pois, dependendo do “grau” ou nível de percepção de risco, o profissional estará mais ou menos vulnerável a alterações orgânicas e emocionais. Essa maior ou menor vulnerabilidade pode comprometer a proteção e a manutenção da saúde e, conseqüentemente, influenciará na eficácia do desempenho dos militares em suas atividades de trabalho. No caso específico dos militares do Exército, uma menor eficiência pode significar não apenas a morte ou lesão de um indivíduo, mas de todo um grupo ou população.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, pois seu objetivo foi mapear a percepção de risco dos militares, e utilizou-se da abordagem qualitativa, pois segundo Minayo, essa abordagem é indicada quando se deseja alcançar o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos e nos sujeitos¹². Assim, nesse estudo, se buscou uma aproximação da realidade, a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo, cabendo ao pesquisador interpretar o significado da ação humana e não apenas descrevê-la.

O Exército possui tropa que, conforme sua destinação, pode ser de combate (armas-base), às quais pertencem as armas de Infantaria e Cavalaria; de apoio ao combate, constituído pelas armas de Artilharia, Engenharia e Comunicações e, finalmente, pelos elementos de apoio logístico, isto é, os pertencentes aos serviços de Intendência e Saúde e ao quadro de Material Bélico. Foram pesquisadas quatro organizações militares selecionadas de forma aleatória, considerando o universo de organizações militares de tropa da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar das diversas destinações, todas as tropas apresentadas acima desenvolvem atividades profissionais comuns: serviços de guarda aos quartéis, serviços externos aos quartéis (patrulha), instrução militar, treinamento físico-militar, exercícios de tiro e manutenção de armamento e viaturas e, atualmente, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Essas atividades, em tempo de paz (fora do estado de guerra), ocupam a maior parte do tempo nas unidades militares.

O critério de inclusão dos sujeitos foi o de casos típicos, ou seja, foram escolhidos de acordo

com a função e as atividades que desenvolvem nas suas organizações militares, buscando a diversidade de olhares a respeito do objeto em estudo, que é a percepção de risco dos sujeitos em atividades típicas, desenvolvidas no ambiente militar. Para Minayo, a seleção ideal dos sujeitos na pesquisa qualitativa é a que reflete o conjunto de suas múltiplas dimensões, o que é atendido nesta pesquisa, em função da diversidade de formação e prática dos sujeitos participantes¹².

Assim, tendo em vista os diferentes níveis hierárquicos que compõem o Exército Brasileiro, os informantes foram selecionados em quatro organizações militares e divididos por três grupos: (oito) oficiais, (oito) sargentos e (oito) cabos/soldados, totalizando 24 informantes. Os sujeitos deste estudo possuíam idade entre 21 e 37 anos, com tempo de serviço ativo no Exército variando de dois a dezoito anos.

O estudo foi limitado às atividades comuns das Organizações Militares (OM) de tropa, sediadas na cidade do Rio de Janeiro, pois cada OM se reveste de atividades peculiares que, para serem estudadas, exigiriam um estudo específico para cada uma delas. As técnicas de coleta de dados foram a observação sistemática, para conhecer e entender as rotinas e os processos de trabalho; e a entrevista semi-estruturada, para captar as percepções de risco dos militares.

A observação sistemática foi realizada nas quatro OM, onde também foram selecionados os informantes, de forma que o pesquisador permaneceu quatro horas por semana, em cada quartel, durante um período de seis meses. Essa técnica teve por objetivo conhecer o ambiente e o processo de trabalho que envolve a atividade militar e facilitar a escolha dos informantes, pois o ponto de partida de qualquer estudo de percepção de riscos é o quanto difere a interpretação de uma pessoa “leiga”, entendida aqui como aquela que não adquiriu conhecimentos específicos sobre o objeto em questão, a respeito de um determinado perigo, da interpretação por parte de um “especialista”¹¹.

A entrevista foi do tipo semi-estruturada, com roteiro único, composto por perguntas abertas, registradas por meio de gravação, quando permitida pelo informante, e por anotações quando não puderam ser gravadas. Segundo Duarte, a entrevista é uma prática discursiva, na qual se constroem versões da realidade. Ela permite a interação do pesquisador com o entrevistado, o que possibilita captar atitudes e reações, principalmente os sinais não verbais, que podem possuir significados importantes para a pesquisa¹³. A realização da entrevista variou quanto à forma de abordagem,

de acordo com as características do informante. A intenção foi a de adaptar as perguntas de acordo com a função que os sujeitos exerciam.

O pré-teste das entrevistas foi realizado em uma organização militar distinta das que foram objeto deste estudo, o que permitiu ajustar o instrumento e os procedimentos para as entrevistas. Depois dos ajustes dos instrumentos de coleta de dados, as entrevistas foram realizadas com horário marcado antecipadamente com cada um dos entrevistados e com anuência prévia dos respectivos comandantes, visto que os militares foram abordados dentro dos seus locais de trabalho, em quartéis do Exército. Esse conhecimento prévio das datas das entrevistas por parte dos comandantes não levou a interferências, pois esses oficiais incorporaram a idéia da utilização da presente pesquisa como uma “avaliação” da percepção de risco de seus subordinados, que poderia ser utilizada de imediato no estudo e planejamento de ações em segurança ocupacional.

As entrevistas foram realizadas até que as informações começassem a se repetir, sinalizando um nível suficiente de argumentos para o objetivo do trabalho. A validade dos dados, em se tratando de pesquisa qualitativa, é aquela capaz de responder às questões colocadas, considerando suficiente o número de entrevistas quando da reiteração e esgotamento das categorias nas falas dos entrevistados¹⁴.

A análise dos dados foi iniciada durante a coleta de dados, pois segundo Minayo¹², apesar de apresentar-se como uma fase distinta, a análise dos dados, em uma pesquisa de cunho qualitativo, tem início já durante a fase de coleta dos dados, não sendo estabelecidas separações rígidas entre a coleta e a interpretação das informações, ou seja, a análise e interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa. Da transcrição das entrevistas seguiu-se à leitura exaustiva e repetida dos depoimentos, em busca da identificação das categorias empíricas presentes nas falas, para, em seguida, agrupar as falas por categorias, por meio dos quais se procedeu ao aprofundamento de cada categoria. Além da categorização e descrição das percepções, foi feita a discussão, com base no referencial teórico construído.

Para que não fossem identificados os sujeitos entrevistados, cada voluntário recebeu um código composto pela abreviatura do posto seguida do tempo de serviço, em anos. Este estudo seguiu os aspectos éticos recomendados pela Resolução nº 196/96 sobre pesquisa envolvendo seres humanos e teve seu protocolo aprovado pelo comitê de ética em pesquisa do Instituto de Estudos em Saúde

Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CEP/IESC).

Resultados e discussão

Durante o período de observação, foi possível compreender o processo de trabalho das OM de tropa do Exército. Essas atuam na formação e preparação dos recrutas para a guerra, podendo ser comparadas com escolas de ensino profissionalizante. Essa dinâmica, no período observado, envolvia todos os oficiais, sargentos, cabos e soldados, que participavam de diversos exercícios de preparação para o combate e algumas missões reais de GLO. Essas últimas provocavam nítidas alterações no emocional dos militares.

Puderam-se identificar três categorias de risco percebido pelos militares quanto às atividades comuns de suas OM: (a) o risco de ser militar, isto é, no caso dos militares do Rio de Janeiro significa dizer “um agente de segurança pública”; (b) o risco de acidentes, nas diversas atividades como tiro, treinamentos militares, entre outras; (c) o risco de lesões ou patologias crônicas devido às atividades militares.

Não se observou qualquer influencia da hierarquia militar na percepção de risco dos informantes. Porém, um aspecto que merece destaque é o da superposição das percepções de risco. Os sujeitos que apresentaram percepções enquadradas na categoria (c) apresentaram também nas categorias (a) e (b); os que apresentaram percepções na categoria (b) também apresentaram na (a). Isso sugere uma hierarquização dessas percepções, colocando a categoria (a) num nível menos acurado e a (c) no nível mais acurado de percepção do risco da população estudada.

O risco de ser militar

A totalidade dos informantes percebe que o fato de ser militar, no Rio de Janeiro, é um risco à sua integridade física e mental. Entretanto, esta visão do risco é parcial e restrita ao entendimento de perigo iminente ao qual se vêem expostos no seu cotidiano e para o qual não estão devidamente preparados. Essa percepção pode ser melhor entendida quando se consideram algumas falas apresentadas abaixo:

Sim, naquelas missões de apanhar o militar que está faltando ao quartel, em casa, a gente tem que ir a cada lugar! Cada buraco! Subir em morros, favelas que a gente não conhece, isso é muito perigoso! [2ºSgt18]

Nesses serviços externos, a gente faz blitz, tem que abordar carros e você nunca sabe o que pode acontecer. É normal acontecer também tiroteios no Gericinó [campo de instrução do Exército], perto dos muros. A patrulha tem que ir ao Muquiço [favela próxima à Vila Militar] que também é perigoso. [1ºTen10]

Na Operação Aباfo [operação para recuperação de armas roubadas pelo crime organizado], a gente participou dela, fomos lá pras favelas e ali tinha risco da gente tomar um tiro a qualquer momento! [Sd4]

Na patrulha motorizada há o risco de sofrermos ações de indivíduos ligados ao crime organizado [tentar roubar o armamento dos militares]. [Cb4]

Quando estamos de serviço, armados, podemos ser surpreendidos por meliantes. [Cb2]

Pôde-se observar uma relação que é representada simbolicamente pela expressão matemática “crime organizado no Rio de Janeiro + ser militar = iminente risco de vida”. Essa relação é facilmente percebida nos seguintes discursos: *Naquelas missões de apanhar o militar que está faltando ao quartel, em casa, a gente tem que ir a cada lugar! Cada buraco! Subir em morros, favelas que a gente não conhece, isso é muito perigoso!* [2ºSgt18] e *Na patrulha motorizada há o risco de sofrermos ações de indivíduos ligados ao crime organizado* [Cb4]. A condição de “agente de segurança pública”, logicamente contrário ao poder paralelo do crime organizado, parece gerar um estresse constante no militar que se desloca pela cidade do Rio de Janeiro.

Essa percepção de risco comum aos militares pesquisados pode ser melhor entendida quando se recorre a López¹⁵, que cita Ackerman, Dulong e Judy, sobre o imaginário da segurança, pois há uma grande uniformidade nos relatos, tanto das pessoas que foram vítimas de atos violentos como daquelas que não o foram. Segundo esses autores, elas interiorizam representações do que acontece nos casos de violência, os sentimentos e as condutas das vítimas e suas reações. O mecanismo de base é a identificação com a vítima e a reapropriação do incidente, o que gera uma socialização da insegurança, pela qual se antecipa a própria vitimização.

Os trechos das entrevistas apresentados acima refletem o contexto sociopolítico da cidade do Rio de Janeiro, que vem exigindo, cada vez mais, a participação do Exército no resgate de materiais roubados de unidades militares e nas atividades de segurança pública propriamente dita. No dia 07 de março de 2006, o jornal *O Globo* publicou a seguinte notícia:

Ontem à tarde, a Secretaria de Segurança Pública e o Exército criaram uma força-tarefa para recu-

perar os dez fuzis e a pistola levados, na sexta-feira, do ECT. A decisão foi tomada numa reunião entre o secretário de Segurança, Marcelo Itagiba, e o comandante do Comando Militar do Leste, general Domingos Carlos de Campos Curado. A força-tarefa, segundo divulgou a Secretaria de Segurança, visa integrar unidades operacionais e as áreas de inteligência do Exército e da polícia para dar o suporte necessário ao Inquérito Policial-Militar (IPM), aberto para investigar o roubo.

Já são 1.500 homens do Exército nos morros; efetivo é maior do que o mantido pelo Brasil no Haiti. Agora são nove as favelas ocupadas pelo Exército: Jacarezinho (Méier), Mangueiras (Bonsucesso), Complexo do Alemão (Ramos), Dendê (Ilha do Governador), Vila Formosa (Jardim América), Vila dos Pinheiros (Maré), Parque Alegria (Caju), Providência (Centro) e Mangueira. O CML disse que as ocupações são por tempo indeterminado¹⁶.

Esse tipo de operação militar, por um lado, promove um aumento da sensação de segurança da população civil, mas, por outro, aumenta efetivamente os riscos à saúde dos militares envolvidos na operação, considerando que esses últimos não são preparados para esse tipo de atividade.

O tenente-coronel da Polícia Militar que comandou a ocupação na Providência confirmou que soldados trocaram tiros com traficantes¹⁷. O ex-secretário nacional de Segurança Pública, também da Polícia Militar, fez a seguinte declaração à imprensa: “Tenho receio de que o Exército comece a tomar tiro e essa garotada passe a atirar a esmo, até para se proteger. Os traficantes estão bem armados e conhecem os morros”¹⁸.

O aspecto do controle emocional é um simples exemplo dessa falta de preparo, pois não há avaliação psicológica para a seleção dos soldados do Exército. Brito e Goulart¹⁹ publicaram o resultado de um estudo com policiais, no qual afirmaram que no contingente de policiais militares demitidos, bem como dos que cometeram crimes, mas não foram demitidos, e entre os que cometeram suicídio, houve uma expressiva predominância de contra-indicados no exame psicológico. Esses dados os levaram a sugerir que a predisposição para o cometimento desses desvios de comportamento pode ser identificada pelos testes psicológicos, aplicados por ocasião do processo seletivo.

A escalada da violência tem exigido políticas mais eficazes de segurança pública e acarretado uma sobrecarga física e emocional para os trabalhadores desse setor, que atuam com as precárias condições de trabalho, as quais interferem no desempenho, afetam sua saúde, geram desgaste, insatisfação e provocam estresse e sofrimento psi-

quico²⁰. Um exemplo disso é o armamento utilizado pelos militares do Exército nas operações urbanas, o fuzil 7.62mm, que comprovadamente não é adequado para essas ações, pois além do tamanho inadequado, por ser muito grande para ser empregado em becos e vielas, um tiro dessa arma pode perfurar várias paredes e atingir pessoas inocentes. Isso deixa o militar no dilema de atirar para se defender e correr o risco de atingir inocentes ou receber tiros sem revidar, o que aumenta o risco de se ferir, pois não se neutraliza a fonte agressora.

Essa intensificação da violência na cidade do Rio de Janeiro se fez de forma tão rápida que as Forças Armadas, por não terem como missão o patrulhamento urbano, ainda não possuem tropa suficientemente preparada e treinada para esse tipo de ação. A percepção de risco atual dos militares confirma a posição de Peres, Rozemberg e Lucca²¹, que apontam que a experiência, as informações e **background** cultural formam uma tríade indissociável de determinantes da percepção de riscos, embora estes não esgotem os fatores relacionados com a construção da percepção de riscos em grupos populacionais específicos.

Neste sentido, a pouca experiência desses militares em ações de “segurança pública” e as ações do crime organizado contra os agentes de segurança pública promovem uma percepção de iminente risco de vida a esses profissionais, apenas por exercer as atuais funções dos militares.

As falas como **Risco eu vejo só na patrulha motorizada, pois os soldados que ficam na retaguarda da viatura ficam muito vulneráveis correndo o risco de vir os chamados “bondes”** [grupo de traficantes em diversos veículos], **como a viatura é aberta, pode ser facilmente alvejada por um desses bondes** [3°Sgt3] e **O risco que a gente corre é o mesmo risco que qualquer militar corre ao tirar um serviço externo. Tipo pode vir um vagabundo** [bandido] **e passar atirando, até porque não somos nós que estamos desatentos eles que costumam vir na covardia** [Sd2] mostram que esses profissionais parecem se sentir como alvos, uma vez que estão facilmente identificáveis pelo uso da farda.

As ações em que os militares vêm sendo empregados são ações do tipo “polícia”, nas quais o agressor encontra-se infiltrado na população que se desloca a poucos metros dos soldados. Os militares têm sido preparados para os combates convencionais entre forças regulares, uniformizadas e facilmente identificáveis durante o confronto corpo-a-corpo. Recentemente, fruto da demanda, algum treinamento para operações de segurança pública já tem sido realizado pelos militares, mas considerando as falas apresentadas acima, ainda

parece insuficiente. Segundo Lipp²², essa situação de “policial” faz com que o militar lide com riscos reais e imaginários que são inerentes à atividade, que geram estresse e sofrimento, e mesmo quando imaginários podem desencadear respostas de alerta e até mesmo levar à morte.

Os riscos de acidentes

Uma segunda categoria de percepção que se fez presente em boa parte dos informantes foi a percepção quanto aos riscos de acidentes em diversas atividades militares, como é apresentado a seguir.

Sempre há o risco de batidas de viaturas, lesões como fraturas ou torções e outros acidentes. [2°Ten7]

Risco? Só no salto de pára-quedas já teve uns cinco caras que se acidentaram grave aqui, desses dois estão até hoje considerados incapazes pela junta [médica] e devem ser reformados. Teve um caso de um soldado que ficou cego de um olho, foi um tiro de festim num exercício no campo. [1°Ten11]

O soldado desenvolve as atividades de campo [acampamentos] junto conosco e com os oficiais. Então, nessas atividades, sempre acontece de alguém lesionar alguma coisa, coluna e joelho é muito comum. [3°Sgt2]

O risco que eu vejo é das viaturas sem condições, algumas motos já saíram pra operação sem os freios da frente! [1°Ten10]

Lá na manutenção o risco que eu vejo é na hora de mexer em alguma viatura, os caras as vezes mexem com ela só no macaco e eu falo pra eles tem que ter um toco, porque se o macaco der problema já era! [2°Sgt18]

Nesses trechos, pôde-se perceber uma visão limitada de risco, quase como sinônimo de acidente. Numa visão mais técnica, observa-se que os fatores de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores presentes ou relacionados ao trabalho, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil podem ser classificados em cinco grandes grupos: físicos; biológicos; ergonômicos e psicossociais; químicos e de acidentes²³.

A maior parte dos informantes não possuía informações consistentes sobre como gerenciar os riscos das atividades, apesar de o Exército possuir dois documentos que tratam da segurança ocupacional, o Caderno de Instrução 32/1 – Prevenção de acidentes na instrução e o Caderno de Instrução 32/2 – Gerenciamento do risco aplicado às atividades Militares^{24,25}.

O caderno de instrução 32/1 – Prevenção de acidentes na instrução – é fundamentado em lições apreendidas, um sistema de relatórios de caráter voluntário e esporádico que tem por objetivo o

envio de sugestões para o aprimoramento desse e de outros documentos normativos calcados em experiências bem sucedidas²⁴.

O método de gerenciamento de risco elaborado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) tem a finalidade de sistematizar procedimentos, responsabilidades e atribuições que propiciem o desenvolvimento e a execução de ações relacionadas à prevenção de acidentes de instrução e em outras atividades correlatas que envolvam o emprego dos meios orgânicos e/ou sob custódia do Exército Brasileiro²⁶. No caderno de instrução 32/2 - Gerenciamento do risco aplicado às atividades militares - constam quinze fichas, uma para cada tipo de atividade, para avaliação do risco pela equipe responsável pelo planejamento da instrução²⁵.

Tal normatização mostrou-se muito incipiente, pois se observou que, além do número reduzido de atividades cobertas pelo documento, as fichas raramente eram empregadas quando da realização de uma atividade que possuía uma ficha própria para avaliação do risco.

Pôde-se constatar que o conhecimento sobre os Cadernos de Instrução 32/1 e 32/2 não é geral por parte dos militares. Quando foram perguntados se conheciam tais documentos, ou algum documento sobre gerenciamento do risco, surgiram respostas como: ***Não, poucas vezes eu vi algum documento sobre isso ou que amarre alguma coisa em relação a isso!*** [2ºSgt18] e ***Não, nunca ouvi falar*** [3ºSgt2]. E ainda, mesmo aqueles que afirmavam conhecer esses documentos, quando perguntados se já haviam utilizado os formulários de gerenciamento do risco que são propostos pelo Caderno 32/2, respondiam: ***Não, nunca preenchi esse formulário*** [1ºTen10] e ***Não, nunca preenchi esses formulários, mas já vi companheiros preenchendo*** [1ºTen11].

Mesmo que esses documentos fossem de pleno conhecimento dos militares, esses trabalhadores apresentam um foco voltado apenas à prevenção de acidentes²⁶, permanecendo ainda uma lacuna com relação aos demais grupos de riscos, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil.

O risco de lesões ou patologias crônicas pela exposição às atividades militares

A análise dessa categoria aponta para a necessidade de melhor capacitar esses militares (ou pelo menos os comandantes e planejadores de atividades) em segurança do trabalho, ampliando a visão ora apresentada e promovendo melhores condições de trabalho e de saúde aos seus profissionais.

Os trechos abaixo corroboram com essa afirmativa, pois apresentam as falas dos poucos militares entrevistados que conseguiram perceber que estão expostos a riscos que não os de acidentes ou de da violência do crime organizado.

Eu acho que a principal dificuldade em relação à saúde no acampamento é em relação ao desgaste físico, ao calor, ao frio, ao comer pouco e isso vai minando o soldado. [1ºTen8]

Uso gasolina, óleo diesel e óleo de motor no dia-a-dia da garagem [local de trabalho], na manutenção e abastecimento das viaturas, às vezes uso gasolina para lavar algumas peças.[Cb5]

[Você usa EPI?] ***Não, mas agora que estou na faculdade [biologia], eu vejo um risco em manejar por muito tempo a gasolina, eu não sei especificar qual é o malefício que ela causa ao organismo, mas sei que não é bom!***

A frequente utilização das armas prejudica a audição. [3ºSgt4]

Apenas esses informantes demonstraram alguma percepção de risco quanto ao desenvolvimento de lesões ou patologias crônicas devido à atividade militar. Almeida²⁷ afirma que a percepção dos trabalhadores sobre suas ações tem explicação em contingências da própria atividade, sobretudo nas pressões originadas do ambiente que explicam a variabilidade do trabalho. Segundo o próprio Exército, durante toda a sua carreira, o militar convive com o risco, seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra; a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão²⁸. Assim, como esses militares conseguem conviver com essa percepção do risco e executar treinamentos que, decididamente, lhes afetam a saúde?

Essa questão é respondida por Dejours quando aponta que certos trabalhadores tentam eliminar as impressões de risco de sua consciência para garantir a sua permanência na atividade, ou ainda não sofrer outros tipos de pressão, como o preconceito dos companheiros, por não ser “corajoso” a ponto de realizar a mesma atividade que os demais realizam²⁹. Assim, o militar minimiza sua percepção de risco às atividades que ele, inconscientemente, acredita que não pode modificar. Isso o exime de qualquer responsabilidade sobre a própria saúde, ficando em paz consigo mesmo e em condições de continuar suas atividades profissionais sem culpa.

Duarte Filho *et al*³⁰ afirmam que, em alguns casos, as condições de risco existem e são mantidas porque o convívio frequente com elas, ao longo do tempo, incorporou-as à normalidade das tarefas. Esse fato é desastroso, pois se acostumar a

uma situação errada, em que há exposição não-controlada a um fator de risco, é fatal para a reflexão correta sobre o problema, pois, no ato de pensar sobre o todo, essa variável não será considerada e muito menos solucionada.

Buscando um olhar mais global, a sociedade é informada sobre os riscos a que está exposta, seja no item “efeitos colaterais” da bula dos remédios, seja na divulgação sobre a salubridade das praias ou sobre a qualidade do ar. Assim, os trabalhadores também têm o direito de serem informados sobre os riscos inerentes à sua atividade profissional. Pois a vulnerabilidade desses trabalhadores é resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade e menor disponibilidade de recursos de todas as origens para se proteger³¹.

Apesar dos diversos recursos individuais utilizados pelos militares para conviver com o perigo, minimizando ou não sua percepção do risco, a razão aponta para o fato de que, em tempo de paz ou na preparação para a guerra, a saúde do militar deve ser preservada ao máximo, para que nas operações reais, o militar possa atuar com 100% do seu potencial, mesmo que essa atuação acabe por levá-lo à morte.

Conclusão

Apesar das diversas destinações, as tropas do Exército Brasileiro desenvolvem atividades profissionais comuns: serviços de guarda aos quartéis, serviços externos aos quartéis (patrulha), instrução militar, treinamento físico-militar, exercícios de tiro e manutenção de armamento e viaturas e, ainda,

operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Com relação ao gerenciamento do risco nessas atividades, pôde-se perceber que são normatizadas por dois documentos principais, o Caderno de instrução 32/1 e o 32/2, e se restringem aos riscos de acidentes, não direcionando atenção aos demais tipos de risco preconizados pela Organização Pan-Americana da Saúde.

Puderam-se identificar três categorias de risco percebido pelos militares quanto às atividades comuns de suas OM: (a) o risco de ser militar; (b) o risco de acidentes; (c) o risco de lesões ou patologias crônicas devido às atividades militares.

Constatou-se que as percepções de risco apresentaram-se “hierarquizadas”, isto é, os sujeitos que apresentaram percepções enquadradas na categoria (c) apresentaram também nas categorias (a) e (b); os que apresentaram percepções na categoria (b) também apresentaram na (a), colocando a categoria (a) num nível menos acurado e a (c) no nível mais acurado de percepção do risco.

Observou-se que a hierarquia militar não influencia a percepção de risco dos militares. Entretanto, pode-se notar que a violência local exerce grande influência na saúde dos militares, pois modifica substancialmente as rotinas diárias e suas emoções vivenciadas durante o trabalho.

Considerando o efetivo do Exército Brasileiro, o que nos alerta para o grande número de trabalhadores que dependem de suas próprias percepções para se protegerem das situações de risco físico, ergonômico, psicossocial, biológico e químico, torna-se urgente a adoção de medidas que mitiguem essa vulnerabilidade, preparando-os tanto para as atividades inerentes à carreira, como também às novas missões que vêm se impondo no cotidiano destes diferenciados trabalhadores.

Colaboradores

EB Neves e MGS Mello participaram igualmente de todas as etapas da elaboração do artigo.

Referências

- Chesnais JC. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: Robert Laffont; 1981.
- Burke P. Violência social e civilização. *Braudel Papers* 1995; 12:1-8.
- Soares LE. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER; 1996.
- Souza ER, Minayo MCS. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Cien Saude Colet* [periódico na Internet] 2005 [acessado 2006 fev 23]; 10(4):[cerca de 12 p.]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400015&lng=pt&nrm=iso
- Souza ER, Franco LG, Meireles CC, Ferreira VT, Santos N. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cad Saude Publica* [periódico na Internet]. 2007 [acessado 2007 jan 09]; 23(1):[cerca de 10 p.]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100012&lng=pt&nrm=iso
- Tambellini AT, Câmara VM. Vigilância Ambiental em Saúde: Conceitos, Caminhos e Interfaces com outros tipos de vigilâncias. *Cad Saude Publica* 2002; 10(1):77-93.
- Gomide M. Pesticide: how can it named? *Cien Saude Colet* [periódico na Internet]. 2005 [acessado 2006 mar 09]; 10(4):[cerca de 8 p.]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400027&lng=en&nrm=iso
- Gomez CM, Freitas CM. Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das ciências sociais. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* 1997; 3:485-504.
- Douglas M, Wildavsky A. *Risk and culture - an essay on selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press; 1982.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde* [Série F. Comunicação e Educação em Saúde]. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.
- Wiedemann PM. *Introduction risk perception and risk communication*. Julich: Programme Group Humans; Environment, Technology (MUT), Research Centre Julich; 1993.
- Minayo MCS. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19ª ed. Petrópolis: Vozes; 2001.
- Duarte R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista* 2004; 24:213-225.
- Bosi MLM, Affonso KC. Cidadania, participação popular e saúde: com a palavra os usuários da rede pública de serviços. *Cad Saude Publica* 1998; 14(2):355-365.
- López MM. Notre peur de tous les jours: L'imaginaire de l'insecurité et la militarisation de la vie quotidienne à Porto Rico [comunicação]. In: *Colloque International de Sociologie de la Vie Quotidienne*. Paris: Sorbonne, Université René Descartes; 1988.
- A guerra do Rio. *O Globo* 2006; 07 mar.
- Tiros e morte na Providência. *O Globo* 2006; 07 mar.
- A guerra do Rio: para pesquisador, presença das tropas é necessária porque as pessoas não podem mais sair às ruas. *O Globo* 2006; 07 mar.
- Brito DP, Goulart IB. Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar. *PsicoUSF* [periódico na Internet] 2005 [acessado 2007 abr 17]; 10(2):[cerca de 12 p.]. Disponível em: http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712005000200006&lng=pt&nrm=iso
- Minayo MCS, Souza ER. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond; 2003.
- Peres F, Rozemberg B, Lucca SR. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. *Cad Saude Publica* 2005; 21(6):1836-1844.
- Lipp M. Stress: conceitos básicos. In: Lipp M, organizadora. *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco*. Campinas: Papyrus; 1996. p. 17-31.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde* [Série A. Normas e Manuais Técnicos n. 114]. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.
- Comando de Operações Terrestres. *Caderno de Instrução CI 32/1: Prevenção de Acidentes na Instrução*. 1ª ed. Brasília: EGGCF; 2002.
- Comando de Operações Terrestres. *Caderno de Instrução CI 32/2: gerenciamento de risco aplicado às atividades militares*. 1ª ed. Brasília: EGGCF; 2005.
- Neves EB. Gerenciamento do risco ocupacional no Exército Brasileiro: aspectos normativos e práticos. *Cad Saude Publica* [periódico na Internet]. 2007 [acessado 2007 set 09]; 23(9):[cerca de 7 p.]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000900020&lng=pt&nrm=iso
- Almeida IM. A gestão cognitiva da atividade e a análise de acidentes do trabalho. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho* 2004; 2(4):275-282.
- Exército Brasileiro. *A Profissão Militar*. [site na Internet] [acessado 2006 mar 07]. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/02Ingres/Profmili.htm>
- Dejours C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1999.
- Duarte Filho E, Oliveira JC, Lima DA. A redução e eliminação da nocividade do trabalho pela gestão integrada de saúde, meio ambiente e qualidade. In: Mendes R, organizador. *Patologia do trabalho*. vol. 2. São Paulo: Atheneu; 2005.
- Ayres JRJM, Júnior IF, Calazans GJ, Filho HCS. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas respectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadoras. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.117-139.

Artigo apresentado em 02/05/2007

Aprovado em 22/08/2007

Versão final apresentada em 18/09/2007